

Ordem Local como força interna de desenvolvimento

Local Order as an inner strength for development

Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco

Resumo: Partindo da hipótese de que a manifestação e a sustentação da vida ocorrem a partir do ordenamento interior do ser, em contínuo relacionamento com o seu ambiente de vida e com outros seres, a autora propõe a análise da ordem social intangível dos lugares, num mundo organizado em rede, com base num raciocínio multiescalar e multidimensional, para se compreender as potencialidades do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Ordem interna; Lugar; Desenvolvimento Local.

Abstract: Starting from the hypothesis that the manifestation and maintaining of life originate from the inner ordering of the human being in a continuous relationship with their life environment and with other human beings, the author proposes the analysis of the intangible social order of places, in a world organised in networks, based on a multiscale and multidimensional reasoning, in order to understand the potential of local development.

Key words: Inner order; Place; Local Development.

Da ordem ao desenvolvimento

A busca constante de equilíbrio com a dinâmica do universo e suas futuras contingências é um processo intencional do ser vivo, oriundo de seu desejo comum de sobreviver, de garantir a integridade, a identidade. Ao longo do texto, pretende-se analisar a idéia de ordem como manifestação da vida, distinguindo-se o ser humano na ordenação do ambiente de existência em relação aos outros seres, em função da manifestação da consciência e da escala inicial de organização. A ênfase da análise é dada aos aspectos relacionados aos fenômenos da consciência (ordem interna) no relacionamento do ser humano com a realidade (ordem externa), avaliando-se a capacidade dessa consciência humana na recriação de novos mecanismos reguladores de manutenção da integridade social, por processos de retroalimentação negativa. Nessa perspectiva, e tendo em vista a globalização, discute-se a ordem interna do lugar como força de desenvolvimento, com realce à criatividade da consciência na geração de ações mobilizadoras da sociedade voltadas às transformações sociais.

Entropia e Ordem

A ordem é a forma de manifestação e sustentação de vida dos seres. Para se compreender esse fenômeno, deve-se partir de seu inverso, ou seja, do fenômeno da desordem ou entropia universal. Segundo Wiener (1993), o processo da entropia tem origem na tendên-

cia característica do universo em apresentar um leque amplo de respostas possíveis a um grupo limitado de perguntas; conforme aumenta-se a entropia (multiplicidade de respostas possíveis) amplia-se o estado de indiferenciação universal, caracterizado pela ausência de identidades.

A ordem origina-se, num processo de comunicação entre um ser e o universo, da capacidade desse ser em receber e fazer uso, de forma controlada, de um grupo de informações, como resposta a determinadas perguntas. Com o processo de comunicação e controle das informações obtidas, o ser cria uma zona de organização à sua volta, ou seja, uma ordem, um padrão de organização das mensagens, passando a se manifestar como vida.

Os sistemas vivos contrapõem-se à desintegração (entropia) para evitar a morte. Diante da tendência caótica do Universo, a morte só ocorre quando a desintegração do padrão de organização interno é mais rápida que o processo de reconstituição.

Para garantir a continuidade de existência, os sistemas vivos tentam manter, durante algum tempo, o padrão de organização, através de mecanismos reguladores. Para esse fim, organizam um instrumento especial de armazenamento das informações oriundas do meio externo e do desempenho histórico de comportamentos passados, durante a transmissão das mensagens. As novas informações vão sendo combinadas com as já armazenadas, ganhando uma nova forma, para se adequarem a novos estágios de desempenho de

comportamentos futuros. Esse processo recebe o nome de “homeostase”.

A vida implica, portanto, num constante processo de reconstrução interna diante das contingências do Universo. Para Wiener (1993:95), o ser não é “material que subsista, mas padrões que se perpetuam a si próprios”.

O padrão de organização das informações ocorre numa situação de tempo e espaço. As ações comportamentais para a manutenção da existência são a própria manifestação do tempo. Por outro lado, essas ações comunicativas entre os seres criam configurações ordenadas, visíveis e não visíveis, num ambiente de vida, manifestando-se como uma unidade espacial, como identidade.

Note-se, portanto, que a ordem interna que responde pelo desenvolvimento dos seres vivos não é imposta pelo meio ambiente, mas pelo próprio sistema.. Esse mecanismo de existência vai ganhando complexidade em sua organização, por desdobramento da ordem em unidades autônomas, hierárquicas e integradas entre si por meios de comunicação, de forma a tornar o processo aberto e indeterminado.

O ser humano como organismo de sobrevivência

O organismo humano foi dotado de grande complexidade no modelo de auto-organização, resultante da co-evolução do organismo e seu meio, fato que o diferencia dos outros seres do universos, como unidade de sobrevivência, tornando-o mais capacitado a adequar-se às mudanças no seu ambiente de vida.

Esse organismo possui um equipamento fisiológico com órgãos sensores (órgãos dos sentidos) mais aperfeiçoados, coordenados pelo cérebro e sistema nervoso, ampliando sua percepção de mundo em relação aos outros sistemas vivos. Segundo Capra (1995), de acordo com os dados antropológicos geralmente aceitos, essa evolução da anatomia da natureza humana teria sido virtualmente completada há 50.000 anos. Atingido esse nível, a complexidade do padrão de organização da anatomia do corpo e do cérebro humano vem se mantendo em estrutura e dimensão há muito tempo. A mente, ou estrutura mental, é a dinâmica resultante do conjunto de relações existentes dentro da estrutura cerebral. Esse modelo de organização cerebral e mental permite ao homem processar as informações oriundas do mundo exterior e desenvolver fenôme-

nos específicos (percepção, memória, imaginação, pensamento). O conjunto desses fenômenos psicológicos, mentais, é a consciência (ou mentalidade). Desse modo, o que tem desenvolvido uma estrutura mais complexa no ser humano é a consciência.

Nesse sentido, a mudança das condições sociais ocorre a partir da evolução da própria consciência, resultante da interação mútua que o mundo interno desses seres mantém com a realidade externa. O mundo da consciência confere maior liberdade de escolha e autonomia ao ser humano, aumentando-lhe as opções para garantir sua existência nos momentos de instabilidade e perturbação, por intermédio de mecanismos mais aperfeiçoados de retroalimentação negativa. Assim, a consciência confere ao ser humano mecanismos mais eficazes para desviar-se do processo de entropia.

Outra diferença de organização entre os seres humanos e os diferentes componentes da natureza, como lembra Monteiro (1978), está na inversão de escala do processo de organização. Assim, o sistema natural estrutura-se em nível planetário, a exemplo dos elementos meteorológicos globais que se conjugam para determinar as condições do tempo em um dado lugar; como será discutido adiante. Pelo viés oposto, a estruturação da ordem social ocorre a partir das escalas inferiores para as mais abrangentes, das formas mais simples para as mais complexas. Portanto, em cada momento de escalada do processo de organização social, a humanidade passa por diferentes estágios de consciência a respeito de si em sua relação com o cosmos, com os outros seres humanos, assim como da percepção do espaço e do tempo.

Constituição da ordem interna na sociedade

As primeiras formas de organização social no planeta constituíram-se de pequenas coletividades, agrupadas em território restrito e isoladas entre si. Orientaram-se no sentido da formação de “comunidades”, ou seja, buscando maior comunicação com outros seres humanos, através de vínculos de estreitamento espontâneo entre os indivíduos, por sentimento de vizinhança. O próprio termo “comunidade” significa “estar em comunhão” (coesão do grupo no mundo material e espiritual). A ampliação da intimidade pela proximidade passa a ser uma forma do grupo controlar o ambiente de vida.

O processo de afirmação do Homem como ser (ontológico) e como identidade coletiva em relação ao ambiente de vida teve na ordem cósmica o modelo de referência. Internamente, o processo mental foi se estruturando de modo a expressar o pensamento intuitivo e místico, primeiras manifestações da consciência. Ao mesmo tempo, essa forma de pensamento termina por se expressar externamente como comportamento comunicativo, organizando e configurando materialmente o ambiente coletivo de vida. Fora do ambiente ordenado do grupo, o ser humano experimenta o sentido do caos, da desordem.

Nessas comunidades primitivas, realiza-se, através do pensamento intuitivo, a retroalimentação com experiências pretéritas para o monitoramento das ações futuras. Assim, as narrativas orais resgatam, valorizam e transmitem, de uma geração a outra, as experiências coletivas do passado. Ora, os conflitos por território começam a ocorrer quando a existência é ameaçada em função do crescimento biológico dos grupos, resultando em dominações de um grupo sobre outro. No plano da consciência, o aumento demográfico significa, portanto, alteração da realidade externa e ameaça à integridade da vida, exigindo o reordenamento interno do ser. Esse reordenamento implica numa nova ordem externa, desdobrada, sucessivamente, em diferentes unidades hierárquicas (família, clã, tribo, nação).

A estruturação material das coletividades atinge, então, um limiar em que a garantia da existência passa a exigir nova criatividade da consciência, no sentido de ditar novas regras de organização social, com base na divisão de trabalho entre os componentes. A essa divisão do trabalho por especialidades dá-se o nome de "solidariedade orgânica". A solidariedade aqui é utilizada no sentido de "realização compulsória de tarefas comuns", conforme ensina Santos (1996:132) ao resgatar um termo já utilizado anteriormente pelo sociólogo Émile Durkheim.

O aprofundamento da divisão de trabalho, paralelo à multiplicação biológica dos indivíduos da comunidade, gerando formas cada vez mais complexas de interações sociais, implica na ampliação do território ocupado. Como consequência, as interações entre grupos cada vez mais distantes entre si conduzem à evolução da comunidade à condição de sociedade. Nessa rede de relações sociais de maior complexidade, estabelecida entre co-

letividades hierarquicamente organizadas, os pontos nevrálgicos das vias de comunicação são reproduzidos como centros de decisão e controle, tornando-se os pólos do sistema, com seus respectivos raios de influência.

Os novos controles necessários para manter conexões entre grupos, cada mais distantes entre si, exigem da consciência normas formais de regulação. Essa normatização é de interesse e alcance coletivos, vindo a compor uma nova dimensão da ordem social, a jurídico-institucional. Surge, igualmente, a necessidade de um registro escrito das normas criadas para garantir, em última análise, a sobrevivência da sociedade. A codificação escrita da linguagem é, portanto, o resultado de nova criatividade do mundo mental diante de ameaças de natureza entrópica no processo de comunicação e ordenação da sociedade.

Todavia, esse melhoramento, ou seja, o da linguagem escrita, não chega a atingir, de forma igualitária, todos os indivíduos da sociedade. Conforme afirma Giddens (1991), na medida em que a capacidade de ler e escrever torna-se monopólio de poucos, a reinterpretação das experiências do passado, para novos desempenhos sociais futuros, vão sendo reservadas a um pequeno grupo de intelectuais. Desse modo, a cada momento de ameaça à existência social, nos chamados períodos de crise, as condições materiais e as experiências do passado histórico passam a ser interpretadas pelos intelectuais do sistema. Num esforço ao mesmo tempo coletivo e criativo, esses detentores do saber veiculado pela linguagem escrita, propõem novas ordens reguladoras, sempre no sentido de manter a integridade do sistema e da vida.

A fase entrópica é, portanto, caracterizada pelo esforço criativo dos intelectuais, no sentido de propor novas formas de organização da vida. A liberdade criativa com que os intelectuais formulam os problemas sociais, ao gerar idéias sensibilizadoras de lideranças espontâneas, dá nascimento, segundo Gramsci, ao "momento ético-cultural". Esse momento é caracterizado pelo autor, por aquele em que as novas concepções de mundo transformam-se em forças formadoras e criadoras da nova história, na proposição de uma transformação cultural. Para esse filósofo italiano, é somente através da interpretação do passado e das condições objetivas do presente que o sujeito torna-se, então, livre para criar. Note-se que a

criatividade, nesse caso, vista como a nova forma de adequação da sociedade a estágios de desempenho de comportamentos futuros, surge da capacidade mental do ser humano em combinar as interpretações de ações passadas às condições da realidade presente.

Subseqüente à fase entrópica e ao “momento ético-cultural”, surge uma fase caracterizada pela transformação das concepções nascentes em normas de regulação, impostas pelos centros de decisão e controle; ainda para Gramsci, essa fase corresponde ao “momento da força” e caracteriza-se como o momento da ação política do Estado, quando a nova ordem se impõe pela força administrativa (decisória) e policial (controladora). Os dois momentos compõem, segundo o autor, o “bloco histórico de uma sociedade”.

Ora, as transformações sociais, não evoluem linearmente no tempo, mas de forma cíclica, com momentos de homeostase e entropia, exigindo sempre da consciência, novos mecanismos de adaptação, tendo em vista a melhoria de desempenho da ordem social.

Algumas sociedades experimentam novas situações de transformação da realidade externa, diante do crescimento demográfico, em territórios cada vez mais exíguos. Essas transformações, ao impulsionar a consciência criativa, no sentido de aumentar a produção agrícola, sem incorporar novos territórios, proporcionam o aumento da produtividade numa mesma parcela de território.

Essa nova ação criativa da inteligência humana é chamada de razão instrumental, porque envolve o controle das leis naturais, mediada pelo uso de instrumentos construídos, ou seja, de equipamentos e ferramentas específicas. Essa modalidade de racionalidade produtiva aplicada às práticas agrícolas, ao ser desdobrada para outras atividades do tecido econômico da sociedade, possibilita a emergência da atividade industrial. O sistema econômico originário da prática industrial, por outro lado, implica em novas regulações de decisão e controle, envolvendo trocas de matérias-primas e alimentos por produtos industrializados em escalas territoriais cada vez mais abrangentes.

A ampliação das conexões entre lugares no território, todavia, implica na combinação dialética entre sistemas sociais de diferentes ritmos e estágios históricos de organização, ou seja, de diferentes temporalidades. Os centros de decisão e controle dessas novas interações

acabam sendo repassados às sociedades de maior dinamismo econômico e melhor desempenho. As normas das sociedades mais dinâmicas, ao serem introjetadas em ordens sociais de culturas diferenciadas, tomam feições específicas em cada lugar, dadas às condições pré-existentes do mesmo e às suas formas de combinação com a nova ordem dominante. Por outro lado, nesse processo dialético, esses centros dinâmicos também sofrem interferências das ordens sociais periféricas.

Note-se que, em cada lugar, o processo de retroalimentação negativa é particular, em função de condições internas experimentadas individualmente. Essas condições internas resultam de especificidades relacionadas às experiências históricas retidas na consciência coletiva e de condições objetivas do vividas no momento presente. A combinação dialética das ordens sociais dos lugares com aquelas mais dinâmicas de origem externa, pode dar origem a situações de conflito ou de complementaridade entre as diferentes ordens, dependentes, em grande parte, das condições internas de cada lugar. No conjunto das ordens sociais combinadas, formando um sistema mais amplo, cada lugar é dotado de uma temporalidade específica, ou seja, de um dado estágio temporal de consciência coletiva e ordem material.

Ocorre que, ao longo de novos processos entrópicos, vai se dando o aperfeiçoamento do pensamento sistemático (científico), introduzido na base produtiva do sistema, como forma de definição de novos comportamentos, visando o melhor desempenho da razão instrumental. Em cada novo ciclo de manifestação entrópica, a ordem social é, então, examinada, à luz das novas descobertas, proporcionadas pelo conhecimento científico dos intelectuais, no sentido da ampliação da produtividade. As referências tradicionais do passado passam, então, a ser validadas para futuros estágios de desempenho, quando reconhecidas, refletidas e interpretadas pelo conhecimento científico dos intelectuais.

Por outro lado, o centro de decisão e controle do sistema passa a ser o local das inovações na produção industrial. Esses centros transformam-se no pólo irradiador da ciência pura e sintetizador constante de novas informações aplicadas ao aumento da produtividade. Por sua vez, cada inovação passa a ser portadora do novo dinamismo ao centro do sistema capitalista.

A propagação das inovações vai permeando todo o tecido econômico do sistema social, avançando em territórios cada vez mais amplos, através de combinações com diferentes ordens sociais do planeta. A entropia, nesse caso, passa a se manifestar, quando a capacidade instalada de equipamentos e instrumentos de produção e de circulação das mercadorias atinge limites de consumo, diante da população-alvo no conjunto do território envolvido no processo (Rangel, 1982). Os mecanismos de dinamização desse processo vai abrangendo territórios mais amplos, num sistema de solidariedade entre lugares, até se atingir a escala planetária.

Os nexos estabelecidos em rede, em nível planetário, implicam em maior acessibilidade, velocidade e densidade das informações. Também permite a locomoção de matérias visíveis, inclusive de indivíduos, nos mais diferentes lugares do globo. A nova situação de globalidade, ou seja, dos nexos em rede estabelecidos em nível planetário, permite a prática da simultaneidade de ações em nível mundial, antes apenas manifestadas nos lugares. A simultaneidade significa uniformidade do tempo, ou seja, a existência de um tempo único, proporcionado pela interrelação dos eventos em nível global, através das redes de comunicação. Nesse caso, na medida em que cada lugar se conecta ao mundo, o mundo também pode estar em todos os lugares. Por outro lado, significa que o fenômeno da simultaneidade das temporalidades vividas pelos diferentes lugares do planeta pode se manifestar em cada lugar. Desse modo, os eventos vão se tornando concomitantes em nível mundial.

Os lugares na nova ordem do mundo em rede

A sociedade em rede, ao atingir a escala planetária, revela a diferença entre os lugares, assim como suas singularidades e especificidades. Ao mesmo tempo, cada lugar integrado à rede global passa a expressar, em diferentes medidas, as generalidades do sistema. A ordem do lugar deixa de ser fruto apenas de interações locais, dado o seu entrelaçamento cada vez mais profundo com o global. Embora os sentimentos de pertencimento ao lugar ainda persistam, as práticas e os envolvimento cotidianos ficam igualmente pontilhados de influências de locais distantes e de eventos globalizantes. Ao mesmo tempo em

que o mundo revela as características dos diferentes lugares, cada lugar é revelador da homogeneidade do mundo (Benko, 1995).

Todavia, o planeta possui uma estrutura em rede, mas não ainda um sistema organizado, com normas centralizadas de decisão e controle.

Cada lugar sedia uma forma do acontecer, num infinito leque de possibilidades de um mundo contingente. O tecido mundial de eventos pode ser, em parte, utilizado e/ou manejado, de forma ordenada, por diversos agentes, segundo seus interesses específicos. A partir das idéias propostas por Santos (1997), pode-se dizer que o manejo e a utilização da rede dá nascimento a circuitos espaciais entre lugares distantes, dotados de regras próprias de funcionamento, podendo gerar oportunidades ou ameaças aos lugares conectados.

Assim, a globalidade aparece como um universo de eventos contingentes, submetidos à lei do acaso e das possibilidades. Constitui tanto eventuais ameaças à estabilidade quanto possibilidades de reordenamento da existência. Nesse circuito, é no lugar que os eventos acontecem, sob forma de oportunidades ou de ameaças.

A ordem local como força de desenvolvimento

De fato, num universo de eventos contingentes, é no lugar que acontecem as oportunidades de criação de novas ordens ou a probabilidade de ameaças. Nesse sentido, é hoje preciso avaliar o lugar, tanto em função de sua própria ordem interna como de sua combinação dialética com as informações de origem externa. Assim, o lugar atual, cada vez mais integrado ao mundo globalizado, deve ser avaliado sob duas óticas, ou seja, de dentro para fora e de fora para dentro (Santos, 1995).

Visto de dentro, o lugar é o plano do vivido. É a escala territorial passível de ser percebida, vivida, conhecida e reconhecida, através do uso direto dos sentidos do corpo físico (Carlos, 1996). Pode ser o bairro, a praça, a rua, o condomínio, a pequena vila ou cidade, o lugar rural, desde que possibilitem o encontro coletivo e relações de afetividade. O lugar, em si mesmo, é suporte material para o ser humano existir (morar, produzir, circular, amar, conflitar-se com outro) e fonte de recursos naturais vitais. Nele, o trabalho resulta em materialidade do espaço social, ou seja, em es-

paço materialmente construído (Souza, 1997).

Vale lembrar que a construção do lugar também se realiza na dimensão do simbólico. Nessa perspectiva, o ser humano identifica-se com o lugar vivido como materialidade impregnada de valores, que ganha significado pelo próprio uso cotidiano. A proximidade entre pessoas envolvidas em relações cotidianas e movidas por afetividade intensifica a comunicação (Santos, 1997).

O lugar, portanto, é onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões. Assim, a ordem interna construída no lugar, tecida pela história e pela cultura, produz a identidade. É através dessa identidade que o ser humano se comunica com o resto do mundo (Santos, 1987). Portanto, o conteúdo do lugar oferece condições para o acontecer. O momento criativo da consciência emerge quando os indivíduos conseguem interpretar as raízes de sua cultura construída no lugar, nascida das relações profundas entre o homem e seu meio, para voltar-se a mudanças capazes de garantir a integridade coletiva. Contudo, é também no lugar que indivíduos e coletividades se submetem a toda forma de ameaças, podendo ter sua existência deteriorada.

Visto de fora, o lugar aparece como uma unidade de interação com outros lugares conectados em rede, e também com o globalidade. Em outros termos, o lugar, como um dos elementos de um dado circuito espacial, é parcela do espaço. Nesse caso, os lugares se distinguem sob forma de localizações dentro da rede, viabilizando ações de interesses específicos na constituição dos circuitos espaciais. Nessa perspectiva, a oportunidade acontece quando percebida no lugar. Esse processo significa combinações entre as particularidades do lugar, dadas pela ordem estabelecida internamente com temporalidade própria e as possibilidades oferecidas pelo global. O resultado da combinação vai depender, portanto, das condições pré-existentes e dos comportamentos e valores constituídos internamente em cada uma das localidades.

Entretanto, a viabilização do acontecer pode extrapolar a escala do lugar, na medida em que as potencialidades internas, para serem mobilizadas num âmbito externo, dependem de meios técnicos que ampliem a comunicação do lugar com outras localizações na rede. Apenas a soma de ordens locais com potencialidades internas pode não conduzir ao

acontecer em relação à globalidade, se não ocorrer o processo de integração solidária no circuito espacial das redes organizacionais, possibilitando sinergias.

Nessa análise dialética entre o lugar e o global, também não se pode perder de vista as ordens sociais estabelecidas em escalas espaciais que extrapolam a escala do lugar. A articulação entre o lugar e o global ocorre, através das mediações dessas totalidades, hierarquicamente organizadas, a exemplo do País, Estado, Município e outras modalidades de sub-espacos legais. Essas totalidades, ou unidades sistêmicas, contêm os princípios que regem as dinâmicas da sociedade. São compreendidos como diferentes escalas do "local", definido por Giddens (*apud* Soja, 1993:181) como cenário de interação, construído socialmente e dotado de fronteiras definidas. Visto que o lugar é uma parcela do espaço organizado, qualquer alteração do lugar pode afetar o sistema espacial no seu todo e vice-versa.

Nesse caso, no atual mundo globalizado, como lembra Santos (1997), a mediação entre o global e o lugar cabe tanto ao Estado-nação assim como aos sub-espacos legais. E mesmo os agentes de constituição de circuitos organizacionais na rede mundial, um espaço move-dição e inconstante formado de pontos (Santos, 1997:272), necessitam das formas e normas dos territórios político-institucionais para operar.

Diante do exposto, pode-se afirmar, que nesse atual mundo globalizado, em que as relações entre o lugar e o mundo, mediadas pelos territórios político-institucionais, tornam-se cada vez mais relevantes, a ordem local transforma-se em força interna de desenvolvimento. As ações intencionais de agentes externos, ao incluir ou excluir o lugar no circuito das redes, podem constituir oportunidades ou ameaças à manutenção da integridade social do lugar. Entretanto, a ação comunicativa do lugar, quando portadora de sentido, na proposição de novas formas de adequação dos comportamentos sociais aos futuros estágios de desempenho, constitui a força interna de desenvolvimento.

Essa adequação dos comportamentos sociais só ganha sentido de fato, quando baseada numa lógica interna própria, de origem local. Essa lógica interna, por seu viés, fundamenta-se na criatividade emergente da consciência, dotada de mecanismos reguladores para realizar o fenômeno da retroalimentação

negativa, desviando a entropia.

Boisier (1998), ao refletir sobre o desenvolvimento territorial, aponta a escala do lugar como a ideal para se fazer desabrochar as energias latentes e ocultas da sociedade, onde a ordem intangível emerge com mais força. A ordem intangível é interpretada por ele, exatamente pelo estoque imaterial em latência na sociedade, originário de um dado estágio de consciência. O autor denomina essa ordem de “capital intangível”, que se manifesta sob nove modalidades (cognitiva, simbólica, cultural, institucional, psicossocial, social, cívica e financeira). Entretanto, o capital intangível constitui força interna, quando as suas modalidades internas articulam-se entre si, constituindo sinergias. Essa sinergia é demonstrativa da capacidade organizacional dessa comunidade para dar origens a redes de articulação interna, com mecanismos próprios de funcionamento, indicando forças comunicativas e impulsionando o desenvolvimento.

Cabe ao intelectual, portanto, como detentor do saber sistematizado, não só interpretar as referências de ações passadas e as condições materiais da realidade presente, mas também as condições imateriais constituintes do chamado “capital intangível”. Em que pese a dimensão intangível da sociedade, geradora de regras objetivas da racionalidade, deve-se lembrar ainda, que as normas reguladoras não se originam apenas do lugar. Existem aquelas oriundas de áreas distantes, antecedendo e apoiando a ordem material da sociedade. Daí a importância do pesquisador em dosar em que medida a consciência e a identidade espacial do lugar está sendo construída de dentro para fora, ou ao contrário.

Nesse aspecto, a análise intelectual a respeito do lugar não traz receitas de desenvolvimento. As novas informações sistematizadas dos intelectuais podem se combinar com o saber e os valores existentes, se a comunidade depositar confiança no saber sistematizado pelo pesquisador, reapropriando-se dele (Giddens, 1991). Esse processo pode permitir o desabrochar de energias intangíveis latentes, ou seja, a emergência de energias criadoras de novas ordens reguladoras, de dentro da comunidade. Para esse fim, o pesquisador deve se utilizar de interpretação histórica, análise das condições materiais e imateriais do lugar, sensibilizando consciências, de modo a despertar latências ainda não reveladas. A atitude de

engajamento, segundo esse sociólogo, ocorre quando a comunidade consegue perceber os riscos a que está submetida ou as oportunidades que lhe são oferecidas, reagindo por uma questão de senso de sobrevivência. O momento decisivo acontece, no entanto, quando as partes envolvidas da comunidade estão preparadas para usar as potencialidades da ordem imaterial (intangível) como força geradora de desenvolvimento (Giddens, 1991).

Todavia, há que se esclarecer que o capital intangível, enquanto fonte geradora de desenvolvimento, por si só, não significa a concretização da transformação da realidade. O desenvolvimento só se consolida, quando ocorre a articulação da lógica interna constituída na consciência coletiva do lugar (o capital intangível) com as outras dimensões sociais de ordem material, incluindo-se aqui o ambiente natural e o ambiente construído.

A natureza em si, não determina o desenvolvimento do lugar, todavia apresenta potencialidades para esse fim, dependendo do estágio de consciência atingido socialmente no lugar, ou seja, do tipo de capital intangível latente. O estoque de recursos naturais, interpretados nessa perspectiva, constitui o que Boisier (1998) denomina “capital natural” de um dado território. Em outras palavras, os elementos da natureza transformam-se em potencialidades, quando assim o são percebidos, seja para oferta de recursos vitais e/ou econômicos. Por sua vez, o nível de percepção social resulta do estágio de consciência atingido socialmente. Nesse sentido, tanto as variáveis (ar, água, terra, plantas, animais), como as dinâmicas do ambiente natural (dinâmicas das massas de ar, ciclos hidrológicos, fluxos gênicos e cadeias alimentares na manutenção de sistemas biológicos, sedimentação e erosão das rochas) e suas integrações em sistemas mais amplos, podem ser percebidas como recursos e serviços para a reprodução biológica e social da vida, individual e socialmente, em maior ou menor graus, em função do nível de consciência atingido coletivamente em um dado lugar.

As diferentes modalidades de relações estabelecidas entre a comunidade e a natureza podem resultar em ameaças entrópicas ou em sustentabilidade do ambiente de vida. Entretanto, a degradação ambiental representa perda da base dos recursos vitais e econômicos, reduzindo a margem de manobra das fu-

turas gerações (Souza, 1997).

O capital intangível da comunidade, ao se articular com o ambiente construído no lugar, também lhe atribui significado e sentido. Nessa interação entre a subjetividade coletiva e a materialidade construída do ambiente de vida, esta sofre adaptações segundo a racionalidade estabelecida pela primeira, pontuada de interferências de regras constituídas também fora do lugar. Nesse sentido, a materialidade construída pode viabilizar novas oportunidades e solidariedades, como dificultá-las. Sendo assim, a configuração dada pelas formas materialmente construídas no espaço de relações podem tornar-se atraentes ou não, conforme o uso específico que se lhe pretende atribuir.

Para concluir, pode-se afirmar que na dinâmica social estabelecida pelo atual mundo globalizado e contingente, as possibilidades apenas se efetivam, diante de oportunidades oferecidas pelos lugares. Essas oportunidades se concretizam, se a ordem interna do lugar estiver em consonância com usos específicos previamente determinados. Nesse caso a ordem local, vista de fora, constitui virtualidade, na medida em que garante a eficácia dos empreendimentos externos pretendidos. Todavia, a mesma ordem local constitui força interna e condições efetivas de desenvolvimento quando, as potencialidades resultante de sinergias entre as várias dimensões da ordem imaterial e material interna, em combinação com forças externas, são percebidas e controladas no próprio lugar. Nesse caso, o desenvolvimento passa a se basear no princípio de autonomia, do ponto de vista ético e político, porque oferece condições a cada coletividade, de decidir, estabelecendo prioridades, meios e estratégias de desenvolvimento, segundo as particularidades de sua própria cultura (Castoriadis, 1992). Desse modo, permite-se ao outro a sua liberdade, sob forma de alteridade, ampliando-lhe as margens de manobra, na medida em que lhe é dada a oportunidade de gerir de forma autônoma os recursos contidos em seu território (Souza, 1996). Sendo assim, o desenvolvimento emerge como um processo de aprimoramento das condições gerais do viver, proporcionando bem estar, segundo os conteúdos de cada cultura.

Referências bibliográficas:

- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- BOISIÉ, Sérgio. *El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico*. Santiago, ILPES, 1998.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo, Cultrix, 1995.
- CARLOS, Ana Fani. *O lugar no/do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- GRAMSCI, Antônio. *Cartas do cárcere*. 2ª ed. São Paulo, Civilização Brasileira, s.d.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes, 1991.
- RANGEL, Ignácio de M. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1982.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____. *A redefinição do lugar*. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia*, 1995, Aracaju.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), 1997. p.14-35.
- WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9ª ed. São Paulo, Cultrix, 1993.